

DEVORAÇÕES NA OBRA DE CLARICE LISPECTOR: UMA ANÁLISE DO CONTO *A REPARTIÇÃO DOS PÃES*

Elieni Caputo
Pamela Zacharias

RESUMO: Este trabalho pretende analisar o conto “A repartição dos pães”, de Clarice Lispector (1964), recorrendo aos signos religiosos, divinos e cristãos presentes no conto, assim como ao caráter instintual da alimentação, no trânsito entre o primitivo e o civilizado. Também lança mão, em seu exercício de análise, dos conceitos de devir-animal e antropofagia simbólica. A reflexão desenvolvida é baseada principalmente nos seguintes autores: Deleuze e Guattari (2010, 1997), Eduardo Viveiros de Castro (2018), Carlos Mendes de Sousa (2000) e João Camillo Penna (2010).

Palavras-chave: Clarice Lispector, conto, devir, antropofagia.

DEVOURING IN THE WORK OF CLARICE LISPECTOR: AN ANALYSIS OF THE SHORT STORY “THE SHARING OF LOAVES”

ABSTRACT: This paper aims to analyze the short story “A repartição dos pães”, by Clarice Lispector (1964), using the religious, divine and Christian signs used by the author, as well as the instinctual character of food, in the transit between the primitive and the civilized. It also makes use, for the appreciation of the short story, of the concepts of becoming-animal and symbolic anthropophagy. Its main authors for reflection are Deleuze and Guattari, Eduardo Viveiros de Castro, Carlos Mendes de Sousa and João Camillo Penna.

Key-words: Clarice Lispector, short story, becoming, anthropophagy.

Introdução

Publicado em 1964, o conto *A repartição dos pães*, que integra a coletânea *A legião estrangeira*, evoca, logo no título, o episódio bíblico da santa ceia, inserindo-se na linhagem da produção clariceana que faz referência ao místico, ao cristianismo, ao esotérico e à religiosidade, dessa vez, inscritos na partilha do alimento à mesa. No episódio bíblico referido, Jesus divide o pão com os apóstolos e o alimento passa a simbolizar o corpo do Cristo a ser compartilhado, ingerido e ritualizado após sua morte. Repartir o pão remete, portanto, no livro cristão sagrado, a uma antropofagia simbólica que eterniza o corpo messiânico entre seus discípulos.

Já na narrativa clariceana, o que se passa é um almoço mundano, no qual o ritual de comer se aproxima muito mais de uma animalidade pré-racional que de uma áurea mística santificada. O conto conversa com o episódio bíblico para fazer emergir o inumano, a medida em que os instintos e

as sensações das personagens, e não o sagrado, vão sendo aflorados no decorrer da ceia. Penna (2010) argumenta como na escrita clariciana, a revelação da “coisa”, a tradicional epifania das personagens trata-se, na verdade, da revelação do nada, de um episódio mundano e não messiânico. Para o autor, Lispector subverte elementos religiosos, como a fábula bíblica, ao situar “as revelações” das personagens em um contexto prosaico e banal:

Reescrever a fábula bíblica, o corpo da literatura, portanto, situando-a em um chão absolutamente prosaico, menor – é essa a contrapartida do “tom maior” da fábula –, no cotidiano mais simples e desprezioso, frequentemente o universo doméstico feminino. Repetir a Bíblia sem dizê-lo, como linguagem nua, e despojamento da Bíblia. (PENNA, 2010, p. 86)

O ato de compartilhar a refeição, portanto, apesar de ser um símbolo ritualístico que remete ao sagrado, é também um ato banal, cotidiano, existente para atender a uma necessidade básica de alimentação, não exclusiva dos humanos.

No conto, a mesa farta contrasta com a frieza das relações entre aqueles que dividem o banquete. A impessoalidade e a segura do ambiente são, logo no início, marcas que sobressaem: “Não é com você que eu quero, dizia nosso olhar sem umidade, e soprávamos devagar a fumaça do cigarro seco” (LISPECTOR, 1992, p. 29). Contrário à expectativa de centro irradiador de vínculos e laços amorosos, a mesa trata-se de um lugar em que as pessoas são estranhas e alheias umas às outras, estão juntas por obrigação e o vazio e a anedonia imperam no contexto: “À espera do almoço, bebíamos sem prazer, à saúde do ressentimento: amanhã já seria domingo” (LISPECTOR, 1992, p. 29).

O fato do almoço se passar em um sábado traz também implícito mais um significado religioso que será, em certa medida, subvertido por Clarice. O sétimo dia, o do descanso e do desfrute, era gasto entre aqueles que não desejavam compartilhar nenhum tipo de afeto, alegria ou prazer. “Era sábado e estávamos convidados para o almoço de obrigação. Mas cada um de nós gostava demais de sábado para gastá-lo com quem não queríamos. Cada um fora alguma vez feliz e ficara com a marca do desejo” (LISPECTOR, 1992, p. 29). As personagens estão ali por “uma obrigação”, e não para desfrutarem o dia sagrado. Seguindo ainda a linha religiosa, esse dia da semana remeteria à completude, ao tempo em que mundo está pronto e terminado e que pode ser, portanto, gasto com a contemplação. O sábado seria, então, o dia da satisfação. O dia em que nada mais falta.

Contudo, a falta ainda é predominante no ambiente, pois percebemos que aqueles que ali se reúnem (exceto a dona da casa) trazem em si a marca do desejo, algo que pode ser lido de maneira polissêmica no conto. Em uma leitura, essa marca poderia aproximar “desejo” de “falta”, em um

sentido psicanalítico do termo, pois todos haviam sido felizes em algum momento – ou seja, já não mais o eram – e essa felicidade momentânea os teria deixado com essa marca. “Desejo”, então, pode remeter à ausência dessa felicidade e, talvez, dessa completude que o sábado simboliza. Porém, podemos também entender que o desejo, enquanto marca da felicidade, simbolizaria ela própria e não sua falta.

Nessa segunda leitura, o termo “desejo” estaria mais próximo do sentido proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010). Para esses autores, o desejo não é lido como falta, mas como vontade de potência e produção. Segundo os autores, “os revolucionários, os artistas e os videntes (...) sabem que o desejo abraça a vida com uma potência produtora e reproduz de uma maneira tanto mais intensa quanto menos necessidades ele tem” (DELEUZE; GUATTARI 2010, p. 44). No conto, é possível perceber que a relação dos convivas com o almoço de sábado desliza de um polo ao outro: no começo do encontro há o descontentamento, porém, conforme a ceia se desenrola, a satisfação, construída por uma sensação de que aquilo que existe é bom, suficiente, farto, vai tomando as personagens.

Se os convidados não querem gastar o sábado uns com os outros, a anfitriã, ao contrário, não se importava em doar seu sábado para receber aqueles que entre si eram estranhos: “Só a dona da casa não parecia economizar o sábado para usá-lo numa quinta de noite. Ela, no entanto, cujo coração já conhecera outros sábados. Como pudera esquecer que se quer mais e mais?” (LISPECTOR, 1992, p. 30). Doava-se inteira; doava seu sábado, sua comida e seu trabalho para o almoço obrigatório sem nenhum amargor. Ela os recebia e “lavava contente os pés do primeiro estrangeiro”, em mais uma menção a um episódio bíblico. Essa personagem é a única que, de início, não convive com a falta pois ela, em sua satisfação, esquecera-se que “se quer mais e mais”.

Uma ceia paradisíaca

Uma mudança se opera na hora em que os convidados passam à sala de almoço e se deparam com a mesa. Esse momento marca um daqueles encontros tão característicos das narrativas clariceanas. Um encontro intensivo, disruptor, que desperta nas personagens sensações inéditas. “Era uma mesa para homens de boa vontade. Quem seria o conviva realmente esperado e que não viera? Mas éramos nós mesmos” (LISPECTOR, 1992, p. 30). Esse olhar das personagens envolve enxergar o mundo em toda sua inteireza e crueza: assim a mesa é vista e apreciada por eles em todas as suas nuances e detalhes. A ceia é descrita por meio de sinestésias e hipérboles, recursos muito comuns em textos de Clarice.

A mesa fora coberta por uma solene abundância. Sobre a toalha branca amontoavam-se espigas de trigo. E maçãs vermelhas, enormes cenouras amarelas, redondos tomates de pele quase estalando, chuchus de um verde líquido, abacaxis malignos na sua selvageria, laranjas alaranjadas e calmas, maxixes eriçados como porcos espinhos, pepinos que se fechavam duros sobre a própria carne aquosa, pimentõesocos e avermelhados que ardiam nos olhos – tudo emaranhado em barbas e barbas úmidas de milho, ruivas como junto de uma boca. E os bagos de uva. As mais roxas das uvas pretas e que mal podiam esperar pelo instante de serem esmagadas. E não lhes importava esmagadas por quem. Os tomates eram redondos para ninguém: para o ar, para o redondo ar. Sábado era de quem viesse. E a laranja adoçaria a língua de quem primeiro chegasse. Junto do prato de cada mal convidado, a mulher que lavava pés de estranhos pusera – mesmo sem nos eleger, mesmo sem nos amar – um ramo de trigo ou um cacho de rabanetes ardentes ou uma talhada vermelha de melancia com seus alegres caroços. Tudo cortado pela acidez espanhola que se adivinhava nos limões verdes. Nas bilhas estava o leite, como se tivesse atravessado com as cabras o deserto dos penhascos. Vinho, quase negro de tão pisado, estremecia em vasilhas de barro. Tudo diante de nós. Tudo limpo do retorcido desejo humano. Tudo como é, não como quiséramos. Só existindo, e todo. Assim como existe um campo. Assim como as montanhas. Assim como homens e mulheres, e não nós, os ávidos. Assim como um sábado. Assim como apenas existe. Existe. (LISPECTOR, 1992, p. 30)

A mesa farta lembra o jardim botânico, no qual Ana, do conto “Amor”, adentra. Um ambiente em que a natureza se mostra de uma maneira crua e detalhada, fazendo com que elementos pequenos, como um caroço, ganhe proporções enormes. Um lugar em que tudo é exagerado – os cheiros, as viscosidades, as ranhuras. Assim também são os frutos que compõem a mesa da refeição: cores e sabores intensificados que denotam sensações mais apuradas das personagens. Como se elas pudessem ver e saborear todas as nuances que aqueles alimentos lhes apresentam.

A ceia oferecida no conto clariceano é farta e abundante de alimentos suculentos, atraentes e vistosos, verdadeiramente paradisíacos, como as maçãs vermelhas, e sua ingestão não é acompanhada de culpa ou qualquer outro sentimento que remeta ao pecado original. Os convivas alimentam-se em espécie de Éden, plenos. É como se o ser faltante fosse restituído ao um estado de graça anterior à queda que tornou o humano incompleto. Ali não há falta, tudo está “limpo do retorcido desejo humano”. O que existe basta, é completo e suficiente “como um sábado”.

Ninguém se distingue enquanto pessoa, mas cada um é simplesmente membro do banquete: indiferentes uns aos outros, reúnem-se em estado de amorfismo e homogeneidade, apenas para consumir o alimento, e igualam-se no que concerne ao caráter instintual da devoração. Assim, destaca-se mais um contraste com o episódio bíblico, pois o momento da santa ceia na bíblia é carregado de vínculos entre os apóstolos, que se eternizam pela tradição após a morte do Cristo. No almoço de Clarice, há uma descida ao caráter animal da alimentação, fazendo-a regredir a seu aspecto

mais basal, destituído do ritual e da celebração: “Em nome de nada, era hora de comer. Em nome de ninguém, era bom. Sem nenhum sonho. E nós pouco a pouco a par do dia, pouco a pouco anonimizados, crescendo, maiores, à altura da vida possível” (LISPECTOR, 1992, p. 31).

Interessante notar que o alimento servido não é “preparado” por ninguém. Nada é cozido. A comida é oferecida em seu estado bruto e natural, frutos inteiros, com cascas e caroços. A natureza livre da interferência ou da mediação do humano. Assim, os convidados também se despem de artificialidades e agem a partir de seu instinto e animalidade: “Comíamos. Como uma horda de seres vivos, cobríamos gradualmente a terra” (LISPECTOR, 1992, p. 31). O devir-animal aqui se desdobra em seu caráter de matilha, de multiplicação e espalhamento pela Terra, a ser povoada em seu estágio original.

O ambiente do almoço é neutro, indiferente, impessoal, ordinário, gratuito, sem desequilíbrio. A indiferença, o “morno” imperam entre os convivas: “Ninguém falou mal de ninguém porque ninguém falou bem de ninguém” (LISPECTOR, 1992, p. 31). Estão todos plenos e comem em um estado de graça e satisfação completa: alimentar-se não é tido como nenhum evento, mas como um ato natural, banal. Esse estado aproxima as personagens da animalidade, e transgride a divindade, pois esta não é concebida no conto em sentido teleológico e transcendental, e sim pelo aspecto mais primitivo e até carnal da existência: “Nunca Deus foi tão tomado pelo que Ele é” (LISPECTOR, 1992, p. 31). Deus inscreve-se no ser farto, que não é faltante, que se dá em sua inteireza e plenitude. Nesse sentido, a divindade pode ser aproximada da natureza em seu caráter de completude, o que supera uma abordagem religiosa envolta por noções como as de culpa e pecado.

Assim, se no início do conto o narrador nos apresenta personagens em desagrado com o fato de estarem ali “gastando seu sábado”, personagens que “queriam mais e mais”, no momento em que a comida entra em cena, uma mudança se dá e, naquele ambiente do almoço, passa a não haver nenhuma falta, pois os alimentos em sua inteireza bastam. Ao se animalizarem, os comensais despem-se das artificialidades humanas, e o almoço ganha um novo caráter que não a convenção, o construto social. Não estão ali mais por obrigação, mas para se alimentarem apenas. Para satisfazerem sua necessidade mais vital. E assim, saciados, desfrutam dos frutos, sem proibições.

A devoração e o devir animal

No conto, as pessoas não estão reunidas no banquete para servir a um propósito, elas apenas existem e comer é parte do existir sem expectativas. O caráter ritualístico da ceia é posto à prova, pois

o banquete não simboliza algo além de si mesmo e não é dirigido a uma finalidade maior além da própria alimentação. Há um aspecto selvagem e instintivo no comer, que remete à procura pela coisa em si, ao cerne da existência, despida dos nomes: “Comi com a honestidade de quem não engana o que come: comi aquela comida e não o seu nome” (LISPECTOR, 1992, p. 31). A comida é tomada pelo que é em si e não se deixa apreender pelo signo e a nomeação. Há uma aproximação com a animalidade no ato da alimentação, que se dá apenas pela sua função na sobrevivência e na produção de satisfação.

Alimentar-se sem recorrer ao signo, ao ritual dos comensais, é despertar a fera, a bestialidade em si e remete à matéria-prima que compõe o humano, àquilo de que somos feitos enquanto animais na série evolutiva. A alimentação porta também um ponto de indiferenciação entre devorador e devorado, o que é explorado em Clarice, embora o ato de comer tenha em si valor utilitário e de sobrevivência para aquele que come. A zona pontual de indiscernibilidade relaciona-se ao conceito de devir:

Devir não é atingir uma forma (identificação, imitação, Mimese), mas encontrar a zona de vizinhança, de indiscernibilidade ou de indiferenciação tal que já não seja possível distinguir-se de uma mulher, de um animal ou de uma molécula: não imprecisos nem gerais, mas imprevistos, não-preexistentes, tanto menos determinado numa forma quanto se singularizam numa população (DELEUZE, 2011, p. 11).

Relacionando o ato da alimentação ao conceito de devir, pode-se questionar: qual é o instante de transmutação do alimento em ser vivo e qual é o átimo em que se diferenciam os reinos animado e inanimado? Ao estudar o primeiro romance de Clarice, *Perto do coração selvagem*, Penna (2010, p. 76) elucida da seguinte forma esse questionamento:

A revelação da verdade do mundo se encontra na rede de ligações que entrelaçam as coisas num conjunto único, o ponto enigmático de sua “confusão”. A fórmula ontológica enunciada com simplicidade e rigor pela autora aos vinte anos consiste no sentimento de que as coisas remetem a algo que não é propriamente elas, mas à ligação, ao enlaçamento que as liga.

A eucaristia cristã é encenada neste lugar de limiares, de borda e de transição de uma natureza do ser a outra; no caso, do alimento ao divino, da “coisa” à vida. E, de certa forma, o átimo em que o alimento se converte em ser vivo, ao ser digerido, é seu instante de metamorfose e divinização, de transição entre o inanimado e a alma. O divino e a coisa em Clarice se aproximam: “Não podemos perder de vista que, em Clarice Lispector, ‘a parte coisa da gente’, isso que se

aproxima do animal, é também ‘matéria do Deus’, portanto, matéria divina” (STIGGER, 2016, p. 19). Deus embora permaneça com seu caráter de deidade que pode ser venerada, é também constituído pelo disforme, pelas vísceras, pela matéria-prima comum a todos os seres.

O conto estabelece ainda uma oposição entre instinto e civilização, o primeiro representado no devir-animal que se manifesta no ato da devoração e em outros pontos do conto, como na figura livre e solta dos cavalos, um dos animais recorrentes na ficção clariceana: “[...] menos ficar naquela estação vazia, menos ter que refrear o cavalo que correria de coração batendo para outros, outros cavalos” (LISPECTOR, 1992, p. 30). O cavalo que corre para o bando representa a liberação das pulsões e da animalidade, enquanto o cavalo domado remete à domesticação dos instintos, à civilidade. O conto reforça essa tensão sob a insígnia da relação com a alimentação e da forma como comer evoca a vida instintual, animalesca, igualando-nos enquanto carne, ou seja, enquanto seres compostos pela mesma matéria, a coisa viva e pulsante que não foi submetida ao signo e à civilização, mote recorrente na ficção clariceana.

O ato de comer é acompanhado de um animismo, de um vitalismo do alimento, que se oferece com certo prazer para o consumo, o que aproxima mais uma vez devorador e devorado, sujeito e objeto, animado e inanimado, estreitando e arrefecendo as assimetrias dessas relações: “Não havia holocausto: aquilo tudo queria tanto ser comida quanto nós queríamos comê-lo” (LISPECTOR, 1992, p. 31). Não há a distância instaurada pela civilização entre o humano e seu caráter instintual, entre querer e poder e até entre consciente e inconsciente, pois tudo emerge à medida que é desejado. Há um esmaecimento da separação entre sujeito e objeto, entre comer e ser devorado, em situação de quase reversibilidade. A relação com a alimentação enreda-se a partir de uma intensidade pura, sem mediações: o ser e a vida pulsam na comida, e passam dela para aquele que come, verdadeiro élan vital que transita de um ser a outro, da comida para os comensais.

Não há também, no conto de Clarice, algo que aparte o humano do divino: a carne de Deus é a mesma dos humanos. A história de “A repartição dos pães” remete ao episódio da transfiguração bíblica de Jesus em alimento: ele se oferece como tal aos discípulos e, nesse sentido, ingerir a hóstia sagrada implica um ato simbólico de antropofagia religiosa:

A palavra antropofagia é potencialmente ambígua: costumamos usá-la no sentido de “comer outro humano”, mas ela pode significar “comer o humano de si”, entenda-se, a humanidade aquele que come. A antropofagia seria assim uma autofagia “indireta”, um comer o humano daquele que come, devorar-destruir o que há de sujeito naquele mesmo que come outro sujeito (VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 20)

O pão é oferecido nos cultos cristãos como corpo de Deus, e quem o consome, ritualiza uma comunhão com o divino, cuja carne estaria metamorfoseada na hóstia sagrada. Cabe frisar que, tradicionalmente, a hóstia oferecida nos rituais cristãos é um alimento insípido, que remete ao neutro, ao cru, tanto pela cor quanto pelo sabor, aproximando-se assim de outros elementos de devoração clariceanos, como o ovo, signo recorrente em textos de Lispector. A matéria-prima do pão divino é o trigo, que é encenado na mesa do conto; outro alimento neutro que remete à crueza, sendo tomado como base da farinha, que é indispensável em várias receitas.

O almoço enredado é paradoxal porque, ao mesmo tempo que oferece uma alimentação farta, deslumbrante e vívida, uma das maiores insígnias do prazer humano, é insípido pois é destituído de afeição, calor e vivências de fraternidade. A crueza, como já dissemos, é uma marca do que é oferecido: praticamente tudo é dado em seu estado original, pré-civilização, em estágio de colheita. Também aparecem os signos do vinho e do barro. O vinho, símbolo cristão do sangue, está contido na vasilha de barro moldada, atrelada à terra, ao artesanato primitivo. O barro, símbolo da origem, dos primórdios da criação, erige-se como atributo pré-civilizatório da ceia.

A busca pela origem, pelo informe e até o inumano é constante em Clarice e, nesse conto, essa procura inscreve-se na essência da alimentação, a qual compõe os corpos em sua estrutura e base. Cabe frisar que o alimento, quando digerido e tornado uma pasta informe e viscosa, incorpora-se ao organismo que o devora, o que remete aos signos clariceanos atrelados ao pastoso, ao disforme, assim como o ovo mencionado.

A animalidade e a alteridade

Como no humano a vivência do prazer pode estar atrelada ao vínculo, uma refeição destituída de afeto recairia na insipidez, no insosso, solapando a vida instintual, sempre em tensão com a civilidade em Clarice, especialmente nas cenas à mesa:

No plano das devorações, as cenas à mesa permitem tratar uma das mais importantes tensões dialécticas presentes na obra de Clarice, conjugadas num mesmo signo: a natureza e a convenção, o instintivo e o racionalmente imposto. De um lado, o instinto de devoração, que se consubstancia na voracidade, do outro, a regra, a conveniência (MENDES DE SOUSA, 2000, p. 244)

Como o que distingue o humano no ato da alimentação é o ritual, as regras de etiqueta (que variam culturalmente) e os laços sociais estabelecidos durante a refeição, o ato de comer despidido dessas instâncias desceria ao instinto e à animalidade. Essa imersão no profundo, essa queda no cerne das coisas é recorrente no universo clariceano, que busca o aspecto mais basal, arcaico, primitivo e até arquetípico da existência, o qual não é nomeável ou classificável. Essa descida ao instinto, ao mesmo tempo que despe os homens de sua civilidade, aproxima-os enquanto carne e desejo, ou seja, enquanto seres que não se diferenciam em sua base, estrutura e arcabouço.

Essa indiscernibilidade entre os seres seria o sustentáculo do afeto mais primitivo e paradoxal: “Pão é amor entre estranhos” (LISPECTOR, 1992, p. 32). O pão é a matéria-prima que alimenta, que iguala os seres enquanto corpo e carne, cujo cerne é o mesmo a despeito das convenções que diferenciam. O pão, símbolo do ato da alimentação, une os diferentes ao final do conto, ou seja, há um estranhamento inicial, um desencontro que se converte em reconhecimento de si nos outros quando a história se encerra, e a ponte que opera essa aproximação é o caráter primordial do ato de comer em sua animalidade. A dinâmica iniciada por um “não sou o outro” desemboca no “tornar-se o outro”, e identificar-se no outro: “Existe como um chão onde nós todos avançamos. Sem uma palavra de amor. Sem uma palavra. Mas teu prazer entende o meu” (LISPECTOR, 1992, p. 32). Esse chão comum, onde todos avançamos, é outra marca de Clarice, outro traço da alteridade em sua produção literária. Conforme disse Regina Pontieri:

Diversamente do que tem afirmado o imaginário ideológico ocidental, em Clarice, *eu* e o *outro* não se excluem nem estão rigidamente hierarquizados. Ambos estão integrados em uma convivência tensa de contrários. Entre eles há o cruzamento e a reversibilidade. O *eu* só se define como tal porque há o outro para quem eu é um *outro*. E assim sendo, são também o *mesmo*. Já que, em sua diferença, os dois se enraízam num solo comum. (PONTIERI, 1994, p. 28 – grifo meu)

Então, no conto, a alteridade se concretiza pelo compartilhar da comida que se “come, come e reparte”, que nasce de um solo comum sobre o qual todos avançam. Ainda que sem palavra de amor, sem demonstração de afeto, as personagens, que juntas se alimentam, compreendem-se: possuem as mesmas necessidades instintivas de sobrevivência, animalidade da qual somos todos feitos.

Considerações finais

Da banalidade do cotidiano e de atos corriqueiros, a obra de Clarice Lispector é capaz de intuir encontros intensivos (ORLANDI, 2014), zonas de limiões e revelações, experiências

transformadoras, verdadeiros acontecimentos. Tal constatação se estende ao ato de alimentar-se, como foi possível depreender da análise do conto “*A repartição dos pães*”, no qual signos religiosos, atávicos e primitivos imiscuem-se na ocasião da ceia. Esta, ensejada em meio a relações de frieza, permite, entretanto, uma descida ao mais basal e instintual da existência, encenados no ato da devoração.

A reconhecida introspecção e a condição feminina da autora, dentre outros fatores, contribuem para sua reflexão acerca de temáticas intimistas, muitas vezes circunscritas ao cenário doméstico. Se o mundo do fora, público, era negado à mulher dos anos 60, o universo privado surgia como disparador de criações potentes e reveladoras, a partir de objetos que lhe eram próximos e banais. E o que seria mais próximo do corpo que o alimento em sua metamorfose que realiza a nutrição, que permite a incorporação? Comer é, no conto, o que nos animaliza e, ao mesmo tempo, diviniza, em mais um dos paradoxos dentre os tantos da produção da autora. Clarice desvenda mundos no aparente ato trivial de comer, ao trazer à tona a essência, a carnalidade desse ato, aproximadas da antropofagia e do símbolo cristão da eucaristia. Dessa forma, ao descortinar o banal, escancarando aquilo que os artifícios não nos deixam perceber, ela desperta nossa percepção para a vida em sua integridade, para a existência que já existe.

Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Tradução Luiz B. L. Orlandi. — São Paulo: Ed. 34, 2010.

_____. *Crítica e clínica*. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: editora 34, 2011.

_____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997.

LISPECTOR, Clarice. *A legião estrangeira*. São Paulo: Siciliano, 1992.

MENDES DE SOUSA, Carlos. *Clarice Lispector: figuras da escrita*. Coleção POLIEDRO 3 Universidade do Minho Centro de Estudos Humanísticos, 2000. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/84145>.

ORLANDI, Luiz. *Um gosto pelos encontros*. Disponível em <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/12/29/um-gosto-pelos-encontros-luiz-orlandi/>. Acesso em 23/11/2022.

PENNA, João Camillo. O nu de Clarice Lispector. *Alea* v. 12 n. 1, p. 68-96, janeiro-junho 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/CGHW5NP7q9Mg4tMvv4YFWtG/> Acesso em 23/11/2022.

PONTIERI, R. Os tantos outros que sou, Clarice Lispector e a experiência da alteridade. *Cultura Vozes*, nº4, Ano 88, vol. 88 julho-agosto, 1994

STIGGER, Veronica. *O útero do mundo*. São Paulo: MAM, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Rosa e Clarice, a fera e o fora. *Revista Letras*, Curitiba, ufpr, n. 98, pp. 9-30, jul./dez. 2018. issn 2236-0999 (versão eletrônica). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/65767> Acesso em: 23/11/2022.

Recebido em: 27/06/2023.

Aceito em: 16/09/2023.